

O sarar das feridas



A viagem do presidente português, António Ramalho Eanes, a Moçambique, procurou fazer enterrar o passado colonial recente. Um futuro de cooperação multilateral, na base da igualdade, oferece-se agora aos dois países

Augusto Vilela

O simples facto de se tratar do primeiro chefe de Estado Ocidental a visitar oficialmente três países da linha da frente, conferia já um significado muito especial à viagem que o Presidente da República de Portugal efectuou a Moçambique, Zâmbia e Tanzania. Os três líderes desses países foram mais longe e classificaram-na de «histórica», ao mesmo tempo que dispensavam ao chefe do Estado português um acolhimento caloroso, como calorosa seria a recepção que o povo desses países preparou ao visitante.

Tudo isto aconteceu apenas sete anos depois da queda do fascismo e do colonialismo português, duas faces do mesmo sistema que durante décadas oprimiu os povos de Portu-

gal e das suas antigas colónias.

Ainda há bem pouco tempo os soldados portugueses matavam e morriam em Moçambique. A Zâmbia e a Tanzania eram oficialmente países inimigos e aí se encontravam as principais bases de apoio aos movimentos de libertação.

Como foi possível tudo isto em tão pouco tempo?

A resposta não será fácil, mas decorre de um facto que a história nunca deixou de provar: os povos nunca são inimigos. São os sistemas, é o imperialismo e o capitalismo selvagem que os conduzem à guerra e à opressão. Outra conclusão é a de que os chamados «ventos da história» em que os ideólogos do fascismo não acreditavam, sopram mais forte e mais depressa do que se

possa pensar.

Portugal reencontrou-se agora com a África num plano de igualdade, de fraternidade e de amizade. O passado colonial foi enterrado, as feridas da guerra estão cicatrizadas. Um futuro de cooperação multilateral, na base da igualdade, do interesse mútuo, do respeito e da não ingerência nos assuntos internos oferece-se agora a estes países, numa complementaridade de interesses que pode representar passos importantes no seu desenvolvimento.

Neste contexto não pode ser ignorado que o general Ramalho Eanes foi o protagonista de uma missão histórica que a breve prazo dará os seus frutos.



Condenação do apartheid

Se às forças progressistas portuguesas, a nível partidário ou não, coube sempre um papel pedagógico e formativo na luta contra o colonialismo antes do 25 de Abril e na perspectivização dos caminhos do futuro após a descolonização, ao chefe do Estado português cabe o mérito de ter assumido, em nome de Portugal, uma posição muito clara e sem equívocos, ao lado dos povos africanos que sofrem ainda a dominação colonial e imperialista.

Apesar de Portugal estar integrado num bloco militar que defende muitas vezes interesses opostos aos dos povos dessa região do Mundo, isso não foi impedimento que o Presidente Eanes tivesse condenado repetidamente, como uma vez mais agora fez, o *apartheid*, o racismo, as agressões armadas contra Angola e Moçambique, e em relação ao complexo problema da Namíbia tomasse uma posição clara ao lado dos interesses jugos e legítimos desses povos.

No plano político foi nítida a coincidência de pontos de vista sobre os principais problemas abordados, entre o presidente Eanes e os seus homólogos de Moçambique, da Zâmbia e da Tanzânia.

Todos eles manifestaram ao presidente português o desejo de que Portugal se serva da sua influência — que eles reconhecem existir apesar de ser um pequeno País — para levar as grandes potências ocidentais a promoverem uma rápida solução do problema da Namíbia com base nas resoluções já tomadas nas Nações Unidas.

O presidente Samora Machel, em

carta pessoal dirigida ao presidente Eanes, entregue dias depois pelo embaixador da República Popular de Moçambique em Dar-es-Salam, afirma mesmo que Portugal deve assumir a sua posição de «interlocutor privilegiado» do Ocidente para os países da África Austral.

No plano económico as perspectivas de uma cooperação com os países visitados e com outros limítrofes são grandes. Portugal tem um importante conhecimento de África em todos os sectores, e possui uma tecnologia que responde às suas necessidades. Pode participar nos projectos mais importantes dos países africanos sem trazer consigo os germens do neocolonialismo ou da dependência, como frequentemente acontece com as grandes potências industriais.

Há relações tais de complementaridade entre as economias de Portugal e de todos esses países que inclusivamente permitem a realização de planos integrados de grande amplitude.

Os numerosos empresários públicos e privados que acompanharam o presidente Eanes compreenderam isso e foram capazes de discutir cooperação despidos de qualquer preconceito colonial.

A última palavra cabe agora ao Governo português que, não é novidade para ninguém, não ficou muito entusiasmado com a viagem do presidente e com o êxito que ela teve.

Portugal tem agora a oportunidade de se afirmar em África na base de um novo relacionamento com aqueles povos, sem prejuízo do aproveitamento daquilo que de útil se possa encontrar do passado, do contacto de séculos entre dois povos. □